

ATRASOS SALARIAIS: Sintomas de um problema anunciado



casos, aprofundando ainda mais a questão.

O governo atual ainda não concedeu reajuste aos servidores no ano de 2018, e os índices de gastos com folha estão muito acima do permitido pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), mesmo o município tendo aumentado suas receitas em 12,35% no primeiro semestre do ano em curso. Ainda assim, o governo tem feito cotidianamente inúmeras contratações, estando com centenas de servidores sem o aproveitamento ideal em determinados locais, além de um horário corrido que, na maioria dos casos, não condiz com a realidade financeira do município, de pagamento de horas extras e contratação de prestação de serviços.

Somando-se a tudo isso, temos a

questão do déficit do ICAPREV, que precisa, com urgência, de um conjunto de ações para sanar o seu déficit atuarial, não só para garantir a viabilidade do fundo previdenciário, mas também da municipalidade como um todo.

O conjunto dos que fazem a direção do SINDSERPUMI tem feito uma série de questionamentos, para que o governo atente para o lastro dos recursos financeiros e se adeque aos ditames legais, não incorrendo em questões errôneas como atrasos salariais e não concessão de reajustes, por exemplo, que afligem os servidores e a municipalidade. As ponderações aqui relatadas precisam ser equacionadas com urgência, sob pena de um aprofundamento dessa realidade num futuro não muito distante.

Há décadas, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI - vem alertando as gestões municipais para os problemas de má gestão de pessoal, irregularidades e prestadores de serviços em excesso. Entretanto, ao invés de corrigir e aprimorar a gestão de pessoal, os governos têm feito vista grossa para o problema e, em alguns

Representantes do SINDSERPUMI se reúnem com o governo para debater medidas de saneamento do ICAPREV

O presidente do SINDSERPUMI Celestino Cavalcante e o secretário de formação política e sindical, Clotenir Rabelo - acompanhados do assessor jurídico, Ítalo Bezerra, e do representante da ARIMA Consultoria, o atuário Túlio Pinheiro, que prestam assessoria ao sindicato - estiveram reunidos na última sexta-feira, 26/10, com a equipe do governo municipal, acompanhada de atuário contratado pela mesma, para discutir a situação atuarial do ICAPREV, bem como sugerir medidas de saneamento para o déficit atuarial do fundo de previdência municipal.

Na oportunidade, foram apresentados pelos atuários presentes os respectivos cálculos atuariais, a partir dos quais os representantes do SINDSERPUMI fizeram as devidas ponderações, acentuando as causas que levaram ao déficit atual que, na visão dos atuários, com poucas



diferenças, chega a aproximadamente R\$ 127 milhões, apontados por ambos.

Após a explanação dos números por parte da ARIMA consultoria, foram apresentadas uma série de medidas que haviam sido formuladas a pedido dos representantes do Sindicato ao atuário Túlio Pinheiro. Dentre estas estão: 1) Aumento da alíquota dos servidores e patronal de 11 para 14% e de 14,35% para 22%, respectivamente, 2) censo previdenciário, 3) auditoria nos benefícios, 4) minirreforma nas pensões e 5) atrelamento do

incremento de receitas pelo aumento de arrecadação (IPTU) em aportes ao ICAPREV.

Ao final, foram elencadas ainda outras medidas, além das acima citadas, no sentido de que estas precisam vir acompanhadas de outros mecanismos que possam inibir alguns tipos de afastamentos dos servidores de sua função de origem (de concurso), bem como de uma revisão da legislação no que diz respeito à readaptação de função, progressões, licença-prêmio e bonificações de permanência no cargo.

A reunião e as medidas propostas foram registradas em ata, assinada pelos presentes, por meio da qual, equipe de governo e sindicato assumem o compromisso de dar continuidade às discussões e retomada dos encaminhamentos em breve, após discussão com o chefe do poder executivo.



Porque pagar 22% ao INSS e só 14,35% ao ICAPREV?

Ao analisar os números referentes à contribuição patronal que compõe os ativos do Instituto de Previdência Municipal de Icapuí (ICAPREV), vem à tona uma série de questionamentos oportunos: porque a contribuição patronal ao INSS é de 22% e a do ICAPREV e 14,35%? Porquê da contribuição do efetivos ser

7,65% menor que a dos prestadores e comissionados? Ou seja, a contribuição patronal para os prestadores e comissionados é maior do que para os efetivos? A que ou a quem interessa essa distorção? Vejamos:

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIO EFETIVOS				
Base de cálculo patronal municipal	Custo patronal atual - 14,35%	Custo patronal com alíquota 22%	Valor devido mês entre patronal 14,35% / 22%	Valor devido ano entre patronal 14,35% / 22%
R\$ 1.338.266,64	R\$ 192.041,26	R\$ 294.418,66	R\$ 102.377,40	R\$ 1.330.906,17

Fonte: PMI/Folha analítica/agosto-2018

Se os repasses do patronal feitos ao ICAPREV pela gestão fossem no mesmo percentual do INSS, ou seja, 22%, o dobro da contribuição do servidor, como deveria ser, os ativos do

Instituto teriam um acréscimo ano de R\$ 1.330.906,17 (Hum milhão trezentos e trinta mil novecentos e seis reais e dezessete centavos).

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIO COMISSIONADOS				
Base de cálculo patronal municipal	Custo patronal atual INSS - 22%	Custo patronal com alíquota 14,35%	Valor mês devido entre patronal 14,35% / 22%	Valor ano devido entre patronal 14,35% / 22%
R\$ 200.595,61	R\$ 44.131,03	R\$ 28.785,47	R\$ 15.345,56	R\$ 199.492,33

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIO TEMPORÁRIOS				
Base de cálculo patronal municipal	Custo patronal atual INSS - 22%	Custo patronal com alíquota 14,35%	Valor mês devido entre patronal 14,35% / 22%	Valor ano devido entre patronal 14,35% / 22%
R\$ 548.695,91	R\$ 120.713,10	R\$ 78.737,86	R\$ 41.975,24	R\$ 545.678,08

Fonte: PMI/Folha analítica/agosto-2018

Além disso, se a contribuição dos comissionados e prestadores fosse de 14,35% como é a contribuição dos efetivos atualmente (caso esses fossem concursados como manda a lei, pelo menos no caso dos prestadores), o município economizaria anualmente R\$ 745.170,41 (setecentos e quarenta e cinco mil cento e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos), bem como o

ICAPREV teria um aporte anual de R\$ 1.397.803,20 pelos 14,35% que entrariam em suas contas. Além do que, ao todo, os custos do patronal anual para o município, no caso dos comissionados e prestadores, são da ordem de R\$ 2.142.973,60 (Dois milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos), valores esses que

poderiam e deveriam estar capitalizando os ativos do Instituto de Previdência Municipal.

Pelo visto, as gestões não tem sequer cumprido a máxima "do tira com uma mão e dar com a outra". Em se tratando do ICAPREV, tem se tirado com as duas mãos.

Feliz Natal e um Próspero ano novo!



PARA NÃO OPTAR ENTRE FOLHA E SERVIÇOS



outro, posição do governo, não se apresenta como saída para crise financeira municipal, tampouco para o atendimento às demandas dos servidores. A ideia mais saudável é ajustar ambos aos limites financeiros do município. E para isso, como diz o poeta, "é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana, sempre".

Isso, em momento nenhum significa deixar de garantir os avanços em termos salariais para os servidores, porque, afinal, a prestação dos serviços, em boa parte, depende desses atores, e a qualidade ainda

mais. Tampouco significa retirar a oferta de serviços à população, porque, afinal, ela é o cliente desejoso, cheio de demandas.

Tal "sinuca de bico" requer maestria em tratar os dois desafios e, em todos os casos, exige planejamento. De um lado reduzir a folha a patamares praticáveis, livre de irregularidades e benéficos. De outro, estabelecer limites à expectativa da oferta de serviços no lastro da receita efetiva.

Não é fácil, verdade, mas é possível.

Um aspecto da campanha salarial que vem sendo colocado com recorrência no âmbito da negociação é a "opção" entre pagar salários/garantir e ajustes **versus** pagar serviços/garantir serviços à população.

Colocar um em detrimento do

OLHAR PARA O UMBIGO E SUSTENTAR-SE NO PROVISÓRIO: MEANDROS DE UMA LUTA ISOLADA E EQUIVOCADA



Em complemento à reflexão acima já traçada, podemos trazer para nova rodada de debate a ideia que o título dessa matéria aponta, qual seja, aquela que atesta a existência de muitos servidores municipais que, desvinculados da luta sindical, travam lutas particulares por benefícios salariais, ilegais e politiquieiros, passando anos a fio em diferentes governos.

Tais lutas têm essas características: 1) são individualizadas ou em subcategorias/sub-grupos; 2) são conquistas provisórias/não solidificadas na carreira. No entanto, sob jogos político-partidários e práticas de subserviência a diferentes governos municipais, estes servidores

conseguem manter essas benéficos por longos períodos.

Como lutas isoladas e equivocadas, vivem às custas de acordos escusos, governo a governo, munindo os gestores de ferramentas que lhes são bem-vindas para o crescimento

dos custos com folha de pessoal que, se rastreados, incidem em diversas e pequenas concessões que, reunidas, são responsáveis pelo impacto financeiro da gestão de pessoal no município. De modo geral, o montante dos custos é usado como cortina de fumaça pelos governos para não conceder efetiva melhoria salarial a todos os servidores.

Assim, esse olhar umbilical e essa necessidade de viver salarialmente de provisórias, repita-se, é uma postura equivocada, particularmente serviçal (no mau sentido). Cultiva insegurança ao servidor, isola-o de sua classe, semeia enganos de porte monetário, mina seu salário real,

projeta ilusões previdenciárias.

De algum modo, pode-se ainda atestar que parte das irregularidades praticadas pelos diferentes governos municipais, são, pasmem, culpa desses servidores, que alimentam tal postura governamental, razão pela qual, possivelmente, não nos apareceu nenhum ainda que tivesse coragem de mudar definitivamente esse modelo tão prejudicial às finanças municipais. Aliás, para alguns modelos de gestão, a existência desses servidores são "manteiga na venda do gato". São serviços fiéis na contraposição das pautas dos demais organizados em atividade sindical.

A superação desse formato pernicioso ainda parece distante, pode-se dizer assim. É penoso concluir - a conjuntura política atual aponta isso - que boa parcela de trabalhadores e pobres ainda pensam como patrão, carregam em si o desejo de ser dominadores, negando sua consciência de classe e o lado a que pertencem.

Enquanto isso, e na contramão, um bom grupo permanece na resistência, defendendo o coletivo, valorizando a universalização das conquistas, apontando políticas salariais que transcendam os governos.



GESTÃO DE PESSOAL, IRREGULARIDADES E FOLHA DE PAGAMENTO: UMA TAREFA PARA A COMISSÃO DE GESTÃO



As dificuldades das gestões municipais com a gestão de pessoal, a instalação de irregularidades vitalícias nesse assunto e o movimento oscilante (para cima) da folha de pagamento, como em texto anteriores e em recorrentes reuniões vem sendo afirmado, continua marcando, como uma tríade, a má situação dos serviços e salários dos servidores municipais. De fato, uma está para a outra, assim, engalfinhadas. Para que uma se 'apreme', necessita que as outras se ajustem.

Avançando no tema, considerando os informativos anteriores, faz sentido agora, feitos os acordos entre governo e sindicato, que o problema seja tratado com mais qualidade técnica e mais responsabilidade. Valoroso nisso foi a criação da comissão que está avaliando a gestão de pessoal no município para apontar até novembro, por meio de relatório, contribuições para se fazer intervenções nessa tríade que, não de hoje, nem desse governo, vem atravancando as relações salário e serviços dos servidores municipais.

A ideia se projetou desde a audiência pública sobre gestão de pessoal, promovida pela Câmara dos Vereadores em parceria com o Sindicato dos Servidores Municipais. Somente agora, por impulso de uma crise, toma mais forma e começa a atuar.

Para tocar nestas três partes do problema, a comissão tem a tarefa de analisar folhas, quadros de gestão,

receber denúncias e aferir in loco a organização de pessoal. Assim, se toca na gestão, nas irregularidades e na folha, o que pode trazer sucesso.

O valor citado da comissão é justamente este: tratar das coisas como um conjunto, como essa tríade, e dividindo responsabilidades. A tarefa avaliadora e de ajustes, é claro, é do governo, mas torna-se mais adequada em sua credibilidade quando este último traz o sindicato e o legislativo para fazer esse olhar crítico e produzir sugestões.

Todavia, passado os trabalhos da comissão, caso essa tríade não seja abalada em suas bases, dificilmente este e o governo seguinte poderão avançar na resolução dos problemas da gestão de pessoal e obter sucesso na padronização da folha de pagamento a patamares praticáveis em relação aos recursos disponíveis. Em suma, afundará nas irregularidades, fatal para o bem-estar dos servidores.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ



ANOS
1993-2018

*Uma história construída
a base de lutas e
conquistas.*

VOCÊ SABIA?

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí - SINDSERPUMI - completou no mês de novembro suas bodas de prata. Pois é!

O SINDSERPUMI - Fundado em 19 de novembro de 1993, tem sua história pautada na luta e na defesa dos interesses dos servidores públicos municipais. Nestas duas décadas e meia de existência, o SINDSERPUMI muito tem contribuído para o avanço das relações democráticas e o fortalecimento do movimento sindical em nosso município, assumindo sempre

uma postura transparente, representativa e coerente perante o funcionalismo, o poder público e a sociedade civil Icapuiense.

Nos seus 25 anos de vida, muitas foram às bandeiras de lutas alcançadas, tais como: PCCR para o magistério (implantado e reformulado), PCCR para as atividades meio, piso nacional dos professores e dos Agentes de Endemias, concursos públicos em 2001 e 2013, conquistas dos precatórios e de todas as campanhas salariais levantadas, entre muitas outras.